

MEIO AMBIENTE

Ministério Público deve recorrer para manter medidas contra pó preto

Decisão da Justiça livrou ArcelorMittal de ter que instalar quatro Wind Fences

▄ CARLA SÁ
carla.sa@redegazeta.com.br

O Ministério Público Estadual ainda não recebeu a intimação com a decisão do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) de suspensão da liminar que obrigava a ArcelorMittal a instalar em quatro meses as barreiras contra o pó preto, as chamadas Wind Fences. Mas o órgão fiscalizador se prepara para avaliar a determinação e a partir daí analisar um possível recurso.

“Vamos apreciar a decisão e esperar o Ministério Público ser intimado para ver se cabe algum tipo de recurso”, diz o promotor Marcelo Lemos.

Ele lembra que outras empresas como a Vale e a Samarco instalaram o sistema de barreira e se adequaram para diminuir o impacto sobre o meio ambiente com o pó que é um antigo incômodo para os moradores da Grande Vitória.

“Respeitamos as decisões judiciais, mas lamentamos muito, é um retrocesso. Temos um parâmetro de atuação do que já foi feito em outras empresas, não é um achismo e nem uma decisão abrupta”, defende o promotor.



DIVULGAÇÃO

A siderúrgica alega que cinturão verde, com árvores de até 20 metros, é tão eficaz quanto as Wind Fences

QUALIDADE DO AR

Enquanto isso, o órgão continua trabalhando em provas para embasar a ação da qual derivou a liminar e que corre em primeiro grau.

“Seguimos com o processo e agora as restrições de controle de poluição atmosférica no Estado são maiores, o que fará com que tenham que ser ava-



MARCOS FERNANDEZ - 03/04/2013

“Temos um parâmetro do que já foi feito em outras empresas, não é uma decisão abrupta”

—
MARCELO LEMOS
PROMOTOR QUE
ATUA NA AÇÃO

liadas até mesmo as empresas que já se adaptaram”, pontua Lemos.

Isso porque um decreto estadual deste ano trouxe novas metas de diminuição da emissão para manter a qualidade do ar.

CINTURÃO

Em nota, a ArcelorMittal afirmou novamente que irá aguardar a publicação da íntegra da decisão

DECISÃO

O que dizia a liminar suspensa pelo Tribunal de Justiça

▼ Wind Fence

Implementação do sistema Wind Fence no prazo de quatro meses, sob pena de aplicação de multa de R\$ 50 mil

▼ Gases

Implantação de sistema complementar de lavagem e limpeza de gases, no prazo de 90 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil

O que o Tribunal manteve

▼ Licenças

A determinação ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) para que o mesmo não conceda à Arcelor novas licenças que ampliem sua capacidade industrial, sob multa diária de R\$ 10 mil

do Tribunal de Justiça para que possa analisar e avaliar os próximos passos.

No desenrolar dessa briga judicial, que já dura mais de cinco anos, um dos argumentos mais defendidos pela siderúrgica é de que o cinturão verde, com árvores de até 20 metros de altura, seria tão eficaz para diminuir a disseminação do pó preto quanto as Wind Fences.

Moradores: medidas que elevem qualidade do ar são urgentes

▄ Para os representantes dos moradores que sofrem com os problemas das emissões de pó preto e outros resíduos no ar, a decisão do Tribunal de Justiça (TJ-ES) foi motivo de reclamação pelo incômodo com que a população sofre há anos por conta do pó preto e de outros elementos que comprometem a qualidade do ar.

“Na decisão foi dito que o cidadão já vem sofrendo há muito tempo com essa situação e que, por isso, não é uma necessidade de emergência. É um absurdo”, salientou o represen-

ABSURDO

“Dizer que o cidadão já vem sofrendo há muito tempo e que portanto não é uma necessidade emergencial é um absurdo”

ERAYLTON MORESCHI
S.O.S. ESPÍRITO
SANTO AMBIENTAL

tante da S.O.S Espírito Santo Ambiental.

Para o representante de oito associações de moradores contra o pó preto,

Paulo Esteves, o fato de outras empresas terem adotado o sistema mostra que a ArcelorMittal poderia ter instalado também sem problemas. “Mas o que temos a fazer é continuar a nossa briga, na nossa luta, na nossa indignação”, comenta.

Moreschi, entretanto, acredita que as Wind Fences não seriam o melhor recurso para resolver a situação. “É uma tecnologia ultrapassada que só tem uma redução na emissão de 52%. A solução seria o enclausuramento total das pilhas de materiais”, diz.



EDSON CHAGAS - 02/10/2013

Licença

Para o morador da Ilha do Boi Paulo Esteves, a suspensão das licenças para expansão da Arcelor, mantida pelo TJ, não adianta para resolver o problema.

“Se já vivemos um problema sério, não emitir licença para expansão é o mínimo, independentemente de outras coisas.”

—
PAULO ESTEVES Representante de oito Associações de Moradores contra o pó preto